

PROGRAMA VILA-VIVA OU

VILA-MORTA???

O Programa "Vila-Viva", carro chefe da propaganda político-partidária belorizontina, é o maior programa de intervenção em vilas e favelas em execução no Brasil. A enxurrada de benefícios divulgados pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte oculta as verdadeiras consequências que fazem do "Vila-Viva" uma política perversa do ponto de vista dos trabalhadores e das trabalhadoras que vivem nas favelas afetadas. Os grandes meios de comunicação elogiam a iniciativa e simplesmente ignoram as graves consequências para as comunidades e as famílias atingidas por esse programa de desfavelização forçada, claramente orientado por outros interesses. É preciso mostrar a verdadeira face deste ambicioso Programa e denunciar a lógica da exclusão urbana levada às últimas consequências pela Prefeitura de Belo Horizonte.

Nesse sentido, as organizações e os movimentos que assinam abaixo manifestam seu repúdio e indignação contra o Programa "Vila-Viva" pelas razões que se seguem.

- **SETE RAZÕES PARA REPUDIARMOS O PROGRAMA "VILA-VIVA"**

1. A escolha das vilas que serão atingidas pelas obras é a maior prova de que o Programa Vila Viva não é motivado por nobres valores dos gestores públicos, preocupados com a qualidade de vida das pessoas que se aglomeram nas favelas. As intervenções estão **orientadas pelos interesses do capital imobiliário**, pois apenas as vilas mais valorizadas da cidade, bem servidas de equipamentos sociais e com excelente localização, como o Aglomerado da Serra, o Morro das Pedras e a Pedreira Prado Lopes, serão afetadas. Ora, por que as áreas mais distantes da cidade, que apresentam índice de vulnerabilidade social igual ou, muitas vezes, superior aos das vilas pré-definidas, não foram contempladas no programa? Não há que se pensar na melhoria da qualidade de vida dos moradores e moradoras das favelas localizadas no Jatobá, Capitão Eduardo, Ribeiro de Abreu, Jaqueline, Mantiqueira? A verdade é que o esgotamento das áreas edificáveis nas regiões mais valorizadas da cidade chamou a atenção do capital imobiliário para as vilas e favelas, tidas, até então, como *capital morto*.
2. A mega-intervenção geralmente inclui a construção de uma grande avenida que divide a vila atingida ao meio, acelerando direta e indiretamente o **processo de expulsão das famílias pobres das áreas afetadas**. Apenas no Aglomerado da Serra serão afetadas mais de 50 mil pessoas. Já na Vila São José, regional Noroeste, serão removidas 8600 pessoas. Essa vila simplesmente deixará de existir. Das 5.113 famílias que moram no Aglomerado do Morro das Pedras, aproximadamente um terço, será removida. Assim, é modificado não apenas o sistema viário das vilas afetadas, mas a própria dinâmica social e a vida da comunidade. Mais apropriado seria nomear o programa de *Vila-Morta*...

3. Uma das piores consequências das obras para a vida dos moradores e moradoras, removidos ou não, é a **quebra dos laços de sociabilidade, acompanhada do forte abalo psicológico familiar**. A própria forma como a Prefeitura conduz as desapropriações agrava os danos psicológicos nos moradores. As casas que serão atingidas são marcadas com números pintados nos muros com tinta spray vermelha, tal como os nazistas marcavam as casas dos judeus (vide fotos abaixo). Além disso, as casas são demolidas gradualmente, poucas por beco/rua, nunca todas de uma vez. Os entulhos permanecem nos lotes, agora vagos e sombrios. O(A) vizinho(a) de décadas de convivência e amizade cedeu lugar a um amontoado de entulhos, proliferando lixo, escorpiões e afetando a paisagem local. Obviamente, este quadro irá aprofundar o abalo psicológico das demais famílias do/a beco/rua. No processo de remoção, também é muito comum as primeiras casas atingidas serem parcialmente destruídas, apenas para não permitir que a mesma família, ou outra, reocupe o espaço (vide fotos abaixo). Mantendo as paredes erguidas, aquele espaço se torna ponto para a prática de crimes e delitos. Essa situação aprofunda o medo dos vizinhos que já não questionam o valor da indenização e nem colocam obstáculos a sua futura remoção.

4. Como a maioria dos moradores e moradoras das vilas atingidas não possui título de propriedade de seus imóveis, geralmente fruto de ocupação, o cálculo das indenizações por desapropriação não leva em consideração o preço do lote, mas apenas as benfeitorias realizadas no imóvel. Assim, **as indenizações sempre ficam aquém do valor real, o que não permite à família indenizada comprar uma nova moradia na região**. Na Vila das Antenas, localizada no Morro das Pedras, por exemplo, tem sido pago, a título de indenização, o equivalente a R\$ 107,00 o metro quadrado construído. Por outro lado, o preço estimado do metro quadrado na Avenida Raja Gabaglia, localizada a poucos metros da vila, é no mínimo R\$ 2.000,00 o metro quadrado. Uma discrepância absurda! As famílias que tiram seu sustento do comércio dentro da vila, geralmente muito dinâmico, são as mais afetadas: perdem trabalho e moradia de uma só vez. Será impossível manter a clientela do salão de beleza, da vendinha ou do ferro-velho morando nos micro-apartamentos. O programa não prevê indenização pelos lucros cessantes, aqueles que o comerciante deixou de auferir com a demolição de sua fonte de renda. Muito curioso: para remover famílias de baixa renda as desapropriações são decretadas no atacado, enquanto nada é feito para punir os especuladores imobiliários que violam o preceito constitucional da função social da propriedade mantendo imóveis abandonados - em BH são mais de 70 mil!

5. Como as favelas atingidas compõem a chamada "cidade ilegal", a maioria das famílias que aí mora está fora do sistema de tributação que recai sobre a propriedade imóvel. Também é muito comum nas favelas a existência de ligações clandestinas nas redes de fornecimento de energia e água. Essa situação permite uma certa reposição salarial, pois geralmente a família que vive no morro consegue liberar seus escassos recursos do pagamento das altíssimas contas de luz e água para adquirir bens de consumo necessários à sua subsistência. Porém, as famílias que são removidas para os "predinhos", de um dia para o outro, passam a responder pela conta de

água, energia elétrica e, para gravar a situação, taxa de condomínio. A renda familiar, por sua vez, permanece a mesma. Muito provavelmente, aquela família não terá condições de arcar com o forte incremento nos gastos mensais que seu novo padrão de moradia exige. Isso aumenta os conflitos condominiais e, em pouco tempo, **essa família será obrigada a vender o imóvel e se transferir para alguma periferia longínqua**, onde seus recursos sejam suficientes para adquirir um lote ou pagar o aluguel. O antigo barracão de inestimável valor-de-uso foi trocado por um apartamento que estará prestes a entrar no mercado imobiliário para realização do seu valor-de-troca. Além disso, sobre os apartamentos construídos para parte das famílias removidas, pode-se dizer tudo, menos que oferecem condições de uma vida digna. As famílias costumam dizer que tais apartamentos são como uma *caixa de sapato tamanho 35*.

6. Para os que ficam nas vilas reformadas, o custo de vida na favela sofre um forte aumento. Sobem todos os preços, desde os aluguéis cobrados até o pãozinho da padaria e a carne do açougue. Assim, sejam eles indenizados, reassentados nos apartamentos, ou mesmo aqueles que permanecem na vila, **a tendência é que os moradores das favelas afetadas inchem o déficit habitacional ou protagonizem novos assentamentos "clandestinos"**, porém em áreas mais periféricas, desprovidas de equipamentos e serviços, longe do local de trabalho, longe dos olhos das elites. Esta é a lógica perversa da segregação sócio-espacial realimentada pela política pública da Prefeitura de Belo Horizonte.
7. As elites buscam resolver os problemas urbanos a seu modo, lançando mão de medidas incapazes de impedir que esses problemas se renovem. Os moradores removidos da Vila São José ou do Taquaril continuarão vivendo precariamente, provavelmente de aluguel e não mais em Belo Horizonte, mas em algum município da região metropolitana, como Ribeirão das Neves, Vespasiano ou Santa Luzia. Afinal, a Prefeitura prioriza as obras, mas nunca o reassentamento das famílias removidas. Neste ponto, importante acrescentar um fator subjetivo, do campo da ideologia, que é a visão das elites sobre as favelas. Elas podem até se reproduzir, desde que longe do seu campo visual. Nesta perspectiva, **o desadensamento de vilas e favelas possui um forte corte de classe** que se expressa nas palavras do próprio Prefeito Fernando Pimentel:

*"Mas muito além dos danos à paisagem está o comprometimento social resultante dessa informalidade habitacional. São milhões de pessoas que estão à margem dos serviços públicos como saneamento, segurança e lazer. E tudo isso debaixo do nosso nariz, na vizinhança de bairros centrais das nossas metrópoles". (Grifamos) (Artigo publicado no Jornal Valor Econômico do dia 31/08/2007 sob o título *Favela: uma solução de dentro para fora*)*

• CONCLUSÕES

Com tantas consequências danosas, fica difícil suportar a falsa propaganda da Prefeitura docilmente reproduzida pela grande imprensa. Ao contrário do discurso amplamente vendido, **programas de intervenção em vilas e favelas desta natureza não integram as favelas às cidades, simplesmente as fazem desaparecer do mapa, junto com seus habitantes que se vêem rechaçados pela cidade que um dia lhes abriu as portas.** Inexistindo resistência organizada contra o programa, pode-se afirmar que as vilas afetadas estarão com a certidão de óbito firmada. Dentro em breve, será outro o perfil social das áreas que hoje são ocupadas pela população do interior do estado atraída pela promessa de uma vida melhor na capital.

Segundo a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (Urbel), grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras contratados nas obras vivem nas áreas atingidas. Dessa maneira, a Prefeitura consegue impedir a resistência dos moradores. Importante lembrar que os primeiros moradores da Pedreira Prado Lopes, uma das vilas afetadas, chegaram antes mesmo da fundação da capital e eram contratados para trabalhar na construção da cidade. Agora, seus descendentes trabalham na transformação do morro que lhes serviu de abrigo, e o mesmo ciclo se repete, pois lá não poderão mais habitar, como não o puderam nos limites da recém nascida cidade, dentro da área circundada pela Avenida do Contorno. A lógica perversa da segregação sócio-espacial lhes reserva outro destino, bem longe dali, para além dos muros da cidade.

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DO NOVO LAJEDO – ASSOCIAÇÃO E NÚCLEO DE MORADIA DA VILA SANTA RITA E ADJACÊNCIAS – ASSOCIAÇÃO MINEIRA DA PROVIDÊNCIA – BRIGADAS POPULARES – CONLUTAS – CONSELHO COMUNITÁRIO ASSISTENCIAL E SOCIAL DA VILA MARÇOLA – ESCOLA DE SAMBA CIDADE JARDIM – FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE BELO HORIZONTE (FAMOB) – GRAAL BH – GRUPO DE AMIGOS E FAMILIARES DE PESSOAS EM PRIVAÇÃO DE LIBERDADE – HIP HOP GERAIS – GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO LEVANTE – MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA (MNLN) – MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA (MNPR) – MOVIMENTO DOS SEM UNIVERSIDADE (MSU) – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS (MTD) – NÚCLEO GERAÇÃO TRABALHO E RENDA – NÚCLEO DE SEM CASA DO CONJUNTO SANTA MARIA E ADJACÊNCIAS – OCUPAÇÃO CAMILO TORRES – OCUPAÇÃO NAVANTINO ALVES – REDE POPULAR SOLIDÁRIA (RPS) – SISTEMA CARACOL DE RÁDIO E TV COMUNITÁRIA



**PELA UNIÃO DOS MOVIMENTOS POPULARES!
PÁTRIA LIVRE! VENCEREMOS!**

"O que se pretende com todo esse destaque que a mídia vem dando a questão da favelização não é a busca de melhores condições de vida para a população moradora de favelas, nem tampouco a redução do crescimento delas. É tirá-las de onde não se deseja que estejam. (...) A favela incomoda quando está na Zona Sul. E incomoda enquanto é vista. E é porque ela é vista que se propõe sua remoção. Removidas da Zona sul, continuarão a crescer no resto da cidade. (...) Não é preciso pensar muito para perceber que a remoção tratou-se de uma estratégia de valorização dos espaços de interesse dos agentes imobiliários, então livres da presença física e visual da favela. (...) Há um ponto primordial que envolve todo este debate: a favela é percebida pela sociedade enquanto um problema. E problemas devem ser solucionados, isso é certo. Ocorre que a favela é, na verdade, solução. Solução para a ausência histórica de políticas efetivas de habitação para a população de baixa renda; para a ausência histórica de políticas de transporte público de massa; para a ausência de políticas eficientes de distribuição de renda. Esses são os reais problemas. São eles que devem ser removidos, não as favelas. Analogamente, é como se vivêssemos numa casa com goteiras e onde os baldes que retém a água da chuva estão começando a transbordar. Não adianta esvaziarmos os baldes, eles voltarão a encher. É preciso consertar o telhado. É preciso atacar a goteira". (ARAUJO, Faber Paganoto. Disponível em <http://www.observatoriodefavelas.org.br/observatorio/producoes/noticias/3974.asp>. Acesso em 27/09/08) (Grifamos).

- **Fotos do Programa "Vila-Morta" na Vila das Antenas:**

http://picasaweb.google.com.br/brigadaspopulares/ProgramaVilaMortaDaPrefeituraDeBeloHorizonte?authkey=CGwgnD2Eu_g#